

DOCTRINA

ARTIGOS

PROFUT – Programa de Modernização da Gestão do Futebol Profissional Brasileiro – Lei de Responsabilidade Fiscal e Financeira para a gestão do futebol profissional e incentivo à formação – Breves reflexões e aspectos tributários controversos

Ives Gandra da Silva Martins, Faissal Yunes Junior	9
1 Introdução	9
2 PROFUT como instrumento de fomento às atividades desportivas	11
3 PROFUT – Criação e extensão do Programa, adesão, principais regras e benefícios.....	12
4 Parcelamento especial de débitos do PROFUT com anistia parcial.....	16
5 Outras inovações – APFUT, LOTEX e gestão temerária.....	20
6 Conclusões	22

ICMS na base de cálculo dos tributos sobre a receita: premissas e corolários lógicos da tese jurídica

Andrei Pitten Velloso	23
Introdução	23
1 Tributos incidentes sobre a receita	25
2 Materialidade possível da COFINS e conceito constitucional de receita.....	26
2.1 Ingressos e receita	27
2.2 Faturamento e receita	28
2.3 Lucro e receita.....	29
2.4 Representação gráfica.....	30
3 Receita bruta: abrangência do valor do ICMS.....	31
3.1 Tradicional orientação jurisprudencial	31
3.2 Cálculo “por dentro” e não cumulatividade do ICMS.....	32
4 Análise crítica dos principais argumentos que sustentam a tese da inconstitucionalidade.....	33
4.1 Impossibilidade de tributos integrarem a base de cálculo de outros tributos	34
4.2 O ICMS não se amolda aos conceitos de faturamento e de receita	35
5 Aplicação e corolários jurídicos da tese da inconstitucionalidade	38
6 Conclusões	40

O alcance da dedução do IRPF em face do dependente com deficiência

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	43
1 Introdução	43
2 A interpretação da dedução do IRPF de que trata o art. 35, “caput”, incisos III e V, da Lei nº 9.250/1995.....	47
3 Conclusão	57
Referências	57

Segurança jurídica em matéria tributária	
Marilene Talarico Martins Rodrigues	59
Segurança jurídica e tributação	63
Reserva legal absoluta ao poder de tributar	65
Legalidade e tipicidade.....	67
A importância do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada para a segurança jurídica.....	68
A garantia de pleno acesso ao Poder Judiciário	70
O princípio do devido processo legal.....	70
A razoável duração do processo como garantia constitucional	73
A repercussão geral	74
A segurança jurídica e a confiança legítima	76
Conclusão	78
La conoscenza dei valori fondativi dell'«Unione come comunità di diritto» per una consapevole cittadinanza europea	
Giovanni Moschetti	79
O locupletamento do Estado em face da repetição de indébito dos tributos de natureza translativa à luz do artigo 166 do Código Tributário Nacional, da doutrina e da jurisprudência	
Laísa Carvalho Dias, Luciana Gualda e Oliveira	87
Introdução.....	87
1 O tributo e o sujeito passivo da obrigação tributária.....	88
2 A repetição de indébito dos tributos translativos de acordo com o artigo 166 do CTN, suas contradições e a evolução jurisprudencial	92
3 O locupletamento do Estado em face do disposto no artigo 166 do Código Tributário Nacional e as possíveis soluções para o conflito de interpretações da Fazenda Pública e o reconhecimento da repercussão e a legitimidade do contribuinte de fato	101
Conclusões	104
Referências	105
As estratégias das elites em face do Estado e do tributo	
Maurin Almeida Falcão, Priscila Borba da Nóbrega	107
Introdução.....	107
1 O Estado em face de uma elite dominante.....	108
1.1 As elites como minoria organizada e dominante	109
1.2 A noção contratualista do Estado	111
2 A tributação, as elites e o Estado.....	111
2.1 O Estado e os interesses das elites	112
2.2 O exercício da tributação	112
2.3 Os paradoxos do tributo como importante fato sociopolítico	114
2.4 A resistência ao tributo.....	116
Conclusão	117
Referências	118
Polêmica sobre a tributação de controladas no exterior (com base na Lei nº 12.973/14 e nos tratados de bitributação) e os efeitos na competitividade das multinacionais brasileiras	
Thais Castelli, Carolina Gladyer Rabelo	121
Introdução.....	122
1 Tributação de controladas	122

1.1	Globalização e investimento direto brasileiro.....	123
1.2	Tributação com base universal e breve evolução histórica legislativa.....	124
1.3	Lei 12.973/2014 – Lucro auferido no exterior e consolidação de resultados	127
1.4	Regramento pelos tratados para evitar a bitributação	131
2	Conflitos dentro do ordenamento jurídico brasileiro.....	132
2.1	Aspectos inconstitucionais	132
2.1.1	Discriminações por ofensa ao princípio da igualdade em geral.....	132
2.1.2	Incompatibilidade com o art. 43 do Código Tributário Nacional	134
2.2	Prevalência dos termos dos tratados para evitar a bitributação	136
3	Competitividade das multinacionais	138
3.1	Competitividade em um cenário globalizado	139
3.2	Tributação e efeitos sobre a competitividade das empresas	140
3.3	Brasil na contramão? O direito comparado	142
	Conclusão	143
	Referências	146

Da repercussão do Novo Código de Processo Civil no direito tributário: análise de alguns pontos

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson	149	
1	Das considerações iniciais	149
2	Da desconsideração da personalidade jurídica no Novo CPC e o redirecionamento da execução fiscal	150
2.1	Alguns apontamentos sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	151
2.2	Da responsabilidade tributária, do redirecionamento da execução fiscal e a compatibilidade com o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	152
2.2.1	Definições basilares sobre a responsabilidade tributária	152
2.2.2	Da execução fiscal e o seu redirecionamento	154
3	Da afetação do processo administrativo tributário pelo Novo Código de Processo Civil	157
4	Considerações finais.....	160
	Referências	161